

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.447 - DF (2019/0345672-5)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
REQUERENTE : CATHARINA ROSA RABELLO DE SENA
REQUERENTE : MARCIA ROSA RABELLO
ADVOGADO : JAQUELINE DE SENA NUNES - DF030882
REQUERIDO : CECILIA NUNES DE SENA
REQUERIDO : CECILIA SEVERINO NUNES
ADVOGADO : MARCUS RUPERTO SOUZA DAS CHAGAS - DF012538
REQUERIDO : IANE NUNES DE SENA GUTIERRES
ADVOGADOS : ROBSON CAETANO DE SOUSA - DF015309
ALUIZIO GONÇALVES DE CARVALHO - DF033780
REQUERIDO : AMADEU JOAO PAULO FERREIRA DE SENA
ADVOGADO : FREDERICO SOARES DE ARAGÃO - DF020913
REQUERIDO : JANE SEVERINO NUNES

EMENTA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. PENDENTE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ORIGEM. ADMISSIBILIDADE EM CASOS DE EXCEPCIONALIDADE. REQUISITOS NECESSÁRIOS AO DEFERIMENTO DO PEDIDO. AUSENTES.

1. Consoante estabelece o art. 1.029, § 5º, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, a competência do Superior Tribunal de Justiça para apreciar pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso especial se inicia após a realização de juízo de admissibilidade pelo Tribunal de Justiça.

2. Apenas em situações excepcionais é possível ao Superior Tribunal de Justiça conceder efeito suspensivo a recurso especial pendente de juízo de admissibilidade no Tribunal de origem.

3. A concessão de efeito suspensivo pressupõe a demonstração do direito invocado e do perigo da demora. No caso concreto, não restaram demonstrados os requisitos autorizadores do excepcional provimento acautelatório almejado.

4. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA INDEFERIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de tutela provisória, com pedido de liminar, ajuizado por CATHARINA ROSA RABELLO DE SENA e MARCIA ROSA RABELLO com

fundamento no art. 1.029, § 5º, inciso I, do Código de Processo Civil, objetivando a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (fls. 184/185):

AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO. JULGAMENTO SIMULTÂNEO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. INCLUSÃO DE IMÓVEL NO INVENTÁRIO. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PROPRIEDADE DO IMÓVEL NÃO SE ENCONTRA DEVIDAMENTE COMPROVADA. DIREITO DE PROPRIEDADE. MATÉRIA QUE NÃO ESTÁ RELACIONADA ÀS CAUSAS AFETADAS À VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INCOMPATIBILIDADE COM O RITO DO INVENTÁRIO. ARTIGO 612 DO CPC. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE BRASÍLIA PARA JULGAR O LITÍGIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

1. Agravo interno: Considerando que o acórdão que julga o agravo de instrumento tem uma cognição mais ampla do que o simples exame do pedido de liminar para atribuição de efeito suspensivo ao recurso, julga-se prejudicado o agravo interno, tendo em vista que o agravo de instrumento encontra-se apto a julgamento. Agravo interno prejudicado.

2. Agravo de instrumento: Preliminar de preclusão rejeitada. A decisão agravada não consistiu em mera reiteração de ato decisório já prolatado nos autos, sendo que o direito de recorrer da parte agravante nasceu quando o Juízo de primeiro grau incluiu o bem imóvel no inventário do falecido.

3. A questão em debate diz respeito ao direito de propriedade sobre o imóvel de Matrícula n.º 35820, o que exige dilação probatória para solução da controvérsia, fato esse que não se coaduna com as questões pertinentes ao Juízo sucessório, pois a própria lei preconiza que o Juiz do inventário decidirá todas as questões de direito, desde que os fatos estejam provados por documento, só remetendo para as vias ordinárias as questões que dependerem de outras provas, conforme dispõe o artigo 612 do CPC/2015

4. Conforme jurisprudências deste egrégio Tribunal, é possível revogar procuração com cláusula "in rem suam". Precedentes: (Acórdão n. 1122831, 07031944220178070020, Relator: Romeu Gonzaga Neiva 7ª Turma Cível); (Acórdão n.959009, 20090110616976APC, Relatora: Simone Lucindo, 1ª Turma Cível).

5. A discussão do direito de propriedade do imóvel se afigura como de alta indagação e requer outros meios de prova

diversos das provas documentais apresentadas, os quais não podem ser produzidas no Juízo do inventário, mas somente em ação autônoma ajuizada nas vias ordinárias com tal intuito, devido à necessidade de dilação probatória que não é compatível com a ação de inventário, de forma que eventual direito reconhecido ficará sujeito à sobrepartilha.

6. Agravo de Instrumento conhecido e provido, para reconhecer a incompetência absoluta do Juízo da Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília para julgar o litígio quanto à propriedade e à titularidade de fato e de direito do imóvel de Matrícula n.º 35820 (2º Ofício de Registro de Imóvel, Brasília/DF, livro 2- registro geral). Agravo interno prejudicado.

Consta dos autos que CECÍLIA NUNES DE SENA interpôs agravo de instrumento contra a decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília/DF que, nos autos da ação de inventário n.º 2016.01.1.065822-2, incluiu no inventário o imóvel situado na SHIN QL 12, Conjunto 03, Casa 01, Lago Norte/DF e a Fazenda São Gabriel.

Em suas razões de agravo, asseverou pela inexistência de preclusão e postulou a declaração de incompetência do juízo agravado para a declaração de propriedade do imóvel Fazenda São Gabriel, excluindo-se o imóvel da partilha do inventário dos bens deixados por AMADEU NUNES DE SENA.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios deu provimento ao agravo para reconhecer a incompetência absoluta do Juízo da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília/DF para julgar o litígio quanto à propriedade e à titularidade de fato e de direito da Fazenda São Gabriel. Por fim, determinou a exclusão do referido bem do inventário dos bens deixados por AMADEU NUNES DE SENA conforme a ementa acima transcrita.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados nos seguintes termos (fls. 196):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL - INEXISTÊNCIA. MATÉRIA NÃO VENTILADA NA PEÇA RECURSAL. INOVAÇÃO RECURSAL CONFIGURADA. EMBARGOS DESPROVIDOS.

1. Os embargos de declaração têm por finalidade eliminar

eventual obscuridade, contradição, omissão ou a correção de erro material existente no julgado (artigo 1.022, CPC/2015.

2. Os presentes embargos não apontam omissão, contradição ou obscuridade, mas sim buscam reexame de matéria devidamente analisada e julgada.

3. Não se qualifica como omissão a não apreciação da controvérsia sob a luz de dispositivos que sequer foram suscitados pela parte em sua peça recursal.

4. Ainda que não estivesse evidenciada a inovação recursal, é de reconhecer que o fato do Julgador não se pronunciar expressamente sobre todos os dispositivos legais colacionados pela parte, ou mesmo abordar todos os pontos trazidos, não resulta em infringência ao disposto no art. 1.022 do NCPC.

5. Não se identificando no julgado a ocorrência de qualquer violação ao ordenamento jurídico vigente, não deve haver o acolhimento dos embargos opostos.

6. EMBARGOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Em suas razões, as requerentes, prefacialmente, afirmaram que interpuseram recurso especial e pleitearam a concessão da tutela provisória de urgência perante o Tribunal de Justiça Distrital. No entanto, resta pendente de juízo de admissibilidade o recurso especial, bem como houve indeferimento do pedido de tutela provisória. Aduziram pela possibilidade de formulação do pedido de concessão de efeito suspensivo diretamente ao Superior Tribunal de Justiça, em casos excepcionais, no período anterior ao juízo de admissibilidade do recurso especial. No mérito, asseveraram pela presença dos requisitos necessários à concessão da tutela de urgência, quais sejam, probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No que tange ao *fumus boni iuris*, as requerentes alegaram a elevada probabilidade de provimento do recurso especial, em razão da flagrante violação aos arts. 113; 684; 685; 1.784; 1.791 e 793, § 3º, todos do Código Civil e aos arts. 4º; 612 e 489, § 1º, c.c. arts. 1.022 e 1.025, todos do Código de Processo Civil, bem como pela ocorrência de dissídio jurisprudencial. Em relação ao *periculum in mora*, destacaram o iminente perigo de dano irreparável sob o fundamento de que as requeridas anunciaram o bem imóvel para venda. Por fim, requereram a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto no Agravo de Instrumento n.º

0718908-68.2018.8.07.0000.

É o relatório.

Passo a decidir.

Não merece acolhida o requerimento de tutela de urgência.

1. Quanto ao cabimento do pedido de tutela provisória:

Consoante estabelece o art. 1.029, § 5º, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, a competência do Superior Tribunal de Justiça para apreciar pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso especial se inicia após a realização de juízo de admissibilidade pelo Tribunal de Justiça.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. PENDÊNCIA DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TUTELA INDEFERIDA NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Consoante estabelece o art. 1.029, § 5º, III, do Código de Processo Civil de 2015, a competência desta eg. Corte Superior para apreciar pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso especial se inicia após a realização de juízo de admissibilidade pelo eg. Tribunal de Justiça.

2. No caso, é evidente a incompetência desta Corte, sendo que o indeferimento de tutela provisória na origem não inaugura a competência para examinar semelhante pedido, exceto na hipótese de manifesta ilegalidade ou teratologia.

3. Não se verifica, de plano, manifesta ilegalidade no acórdão recorrido, bem como na decisão da Presidência do Tribunal de Justiça que indeferiu o pedido de efeito suspensivo, porquanto a matéria ventilada no recurso especial não foi debatida pelo Tribunal de origem, carecendo do prequestionamento, o qual é indispensável mesmo para as questões de ordem pública.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no TP 2.030/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 28/06/2019)

No entanto, em caráter excepcional, é possível a atribuição de efeito suspensivo a recurso especial pendente de submissão ao juízo prévio de

admissibilidade, desde que presentes cumulativamente os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni juris*, aliados à teratologia ou à manifesta ilegalidade da decisão.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL PENDENTE DE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. INCOMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TERATOLOGIA OU MANIFESTA ILEGALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA.

(...)

2. O Superior Tribunal de Justiça, apenas em situações excepcionais, nas quais configurada teratologia ou manifesta ilegalidade do acórdão recorrido, tem examinado pedido de tutela de urgência com vistas à concessão do efeito suspensivo a recurso especial pendente de submissão ao juízo prévio de admissibilidade. Vícios não verificados na espécie.

3. Agravo interno não provido. (AgInt na Pet 12.521/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2019, DJe 10/04/2019)

Na presente hipótese, entretanto, apesar da extensa peça processual colacionando os dispositivos legais supostamente violados, verifica-se que o pedido não merece deferimento.

2. No que tange à plausibilidade do direito invocado,

Na hipótese dos autos, constata-se que o Tribunal *a quo* entendeu pela necessidade de remessa da questão debatida nos autos do inventário às vias ordinárias, dessa forma, rever tal decisão, para averiguar a necessidade ou não de tal providência, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado no âmbito do recurso especial.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INVENTÁRIO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE CRÉDITO CERTO E EXIGÍVEL. REMESSA ÀS VIAS ORDINÁRIAS. TESE DO RECURSO ESPECIAL QUE DEMANDA REEXAME DE CONTEXTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Nos termos dos artigos 984 c/c 1.017 e seguintes, Código de Processo Civil de 1973, só é devida a habilitação de crédito certo e exigível com a concordância das partes, sob pena de remessa aos meios ordinários para produção probatória.
3. A tese defendida no recurso especial demanda reexame do contexto fático e probatório dos autos, vedado pela Súmula n° 7/STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 979.374/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 29/08/2017, g.n.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMÓVEL RURAL. PARTILHA. DIREITO DE PASSAGEM. QUESTÃO DE ALTA INDAGAÇÃO. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS.

1. É vedada a percuciente incursão na esfera probatória, haja vista o óbice previsto na Súmula n° 7/STJ.
2. No caso, afastar o reconhecimento do debate sobre o direito de passagem em imóvel rural objeto de partilha como de alta indagação é pretensão que exige o reexame das circunstâncias fáticas.
3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 834.115/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 09/06/2016, g.n.)

3. Em relação ao perigo da demora, não lograram êxito as requerentes em demonstrar a existência do requisito autorizador do excepcional provimento acautelatório almejado, qual seja, o *fumus boni juris*.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO ATIVO A RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE REQUISITOS.

1. A concessão de efeito suspensivo ao recurso especial depende do *fumus boni juris*, consistente na plausibilidade do direito alegado, e do *periculum in mora*, que se traduz na urgência da prestação jurisdicional.
2. A ausência do "*fumus boni iuris*" basta para o indeferimento do pedido, sendo, portanto, desnecessário

apreciar a questão sob a ótica do "periculum in mora", que deve se fazer presente cumulativamente. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no TP 1.124/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018)

Nesse contexto, verifica-se que o presente pedido de tutela provisória não pode ser deferido.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator